

Crise e nova regra reduzem pesquisas

Institutos tradicionais preveem para este ano uma queda de 15% a 25% no faturamento em comparação às eleições municipais de 2012

Caio Junqueira / BRASÍLIA

Eleições 2016

A crise econômica e as mudanças nas regras eleitorais para as eleições deste ano já afetam o mercado de pesquisas eleitorais. O número de contratações dos institutos diminuiu e a expectativa é de que o faturamento seja pelo menos 30% inferior na comparação com as eleições municipais de 2012. No próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os dados revelam essa queda. Entre 1.º janeiro e 11 de agosto deste ano foram registradas 1.208 pesquisas, ante 1.816 no mesmo período em 2012, redução de 33,5%.

Não há registro do número de pesquisas nas eleições anteriores. Em um dos principais institutos do País, o Ibope, a projeção é de diminuição entre 20% e 25% do faturamento na parte eleitoral neste ano.

“Vendo as mudanças das regras e o encurtamento da campanha, já imaginei, ao montar o planejamento, que teríamos 25% menos de faturamento em relação a 2012. A incógnita é se vai ser pior ainda do que isso”,

● **Queda**
1.208
é o número de pesquisas registradas entre 1º de janeiro e 11 de agosto deste ano, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

1.816
foi o número de pesquisas registradas no mesmo período de 2012, segundo o TSE

disse Marcia Cavallari, CEO do Ibope Inteligência.

De acordo com ela, no mesmo período na eleição de 2012 havia mais projetos fechados e com mais rodadas de pesquisa. Agora, são menos projetos e as rodadas foram substituídas por pesquisas pontuais.

“Primeiro porque diminuiu o prazo da campanha. Segundo porque dificultou a arrecadação dos candidatos. Terceiro porque, independentemente disso, com a crise econômica a doação individual também fica mais difícil. Então já dá pra falar que vai ser menor (*o faturamento*)”, afirmou Marcia.

Outro grande instituto de pesquisa, o Datafolha, prevê uma redução em 15% nas contratações neste ano em relação a 2012. Mas informa que isto advém mais da crise econômica do que das mudanças na legislação, tendo em vista que não trabalha para campanhas.

Para o diretor de pesquisa do Datafolha, Alessandro Janoni, as campanhas neste ano terão perfil diferente. “O principal impacto desse cenário sobre a eleição é que não haverá espaço para o erro nas campanhas. Institutos trabalharão para levantar dados que minimizem ao máximo problemas de comunicação e estratégias de persuasão. Investimentos serão racionalizados com base nos resultados das pesquisas e direcionados na busca por efetividade. Tudo isso concentrado em um número reduzido de levantamentos.”

Legislação. A arrecadação das campanhas se tornou mais difícil porque o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional a doação empresarial para as campanhas em 2015.

Já o tempo de campanha foi reduzido de 90 dias para 45 dias após a minirreforma eleitoral aprovada pelo Congresso.



Impacto. Campanha mais curta afeta mercado, diz Marcia Cavallari, do Ibope Inteligência

Parlamentares também incluirão no texto a redução do horário eleitoral gratuito, chamado no jargão dos marqueteiros de “blocos de propaganda”, e a ampliação das inserções de 30 segundos ao longo da programação. Antes, eram veiculados em dois períodos diários de 30 minutos. Agora serão dois de 10 minutos em rádio e televisão. As inserções passarão de 30 minutos para 70 minutos por dia.

Essa mudança é considerada um fator a mais na contratação dos institutos. O motivo é que pesquisas qualitativas, que não têm fundamento estatístico e servem para levantar aspectos subjetivos sobre determinado assunto, costumam ser mais utilizadas para avaliar o efeito dos blocos no eleitorado. Por exemplo, se um programa elei-

toral foi agressivo ou ameno com algum adversário. Por meio delas, os institutos cobram mais caro e, por consequência, faturam mais.

Já as quantitativas são feitas por critérios estatísticos e apontam fatores como a percepção positiva ou negativa sobre algum programa e a intenção de voto em um candidato.

Como os blocos de propaganda serão reduzidos neste ano, há a avaliação de que as qualitativas tendem também a diminuir. “Houve redução do tempo do horário eleitoral gratuito e aumento no número de inserções. Isso muda a maneira como se fará a pesquisa para avaliar o impacto deles no eleitorado”, afirmou João Francisco Pereira de Meira, presidente do Vox Populi e vice-presidente da

Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep). “As pesquisas qualitativas devem sofrer redução e, como são mais caras que as quantitativas, o faturamento tende a ser menor.

Internet. Meira menciona outro fator para a redução do faturamento: o aumento do número de pesquisas pela internet. “De 2012 para cá cresceram muito novos métodos de pesquisa, como as pesquisas pela internet. São precisas e baratas.”

Alguns marqueteiros, contudo, resistem a esse modelo. Um deles, que comandará uma campanha em um grande cidade, disse que pesquisas pela internet são distorcidas, pois o universo pesquisado não corresponde ao perfil socioeconômico do brasileiro.

LEONARDO SOARES/ESTADÃO-7/6/2010

Justiça Eleitoral amplia controle contra fraudes

BRASÍLIA

Com a dificuldade de financiamento, há expectativa de que proliferem pesquisas irregulares. A Justiça Eleitoral e o Ministério Público tentam reforçar suas estruturas contra fraudes.

O TSE editou em dezembro de 2015 resolução que disciplina a atuação de institutos de pesquisa. A partir deste ano, o registro das pesquisas deve vir acompanhado da fatura emitida pelo cliente que contratou o instituto. Com isso, evita-se que sejam feitos levantamentos com recursos próprios, o que, para o Judiciário, é indício de pagamento via caixa 2 para inflar candidaturas locais.

O Ministério Público Eleitoral também emitiu neste ano um comunicado para que haja checagens quanto ao registro dos estatísticos responsáveis pela pesquisa. A ação partiu de um levantamento de um órgão representativo de estatísticos que apontou que grande parte das pesquisas era feita por profissionais irregulares.

Enquetes. Neste ano, também estão proibidas enquetes. Sua proibição foi introduzida pela Lei 12.891/2013 e, em 2016, haverá o primeiro teste nas municipais. “É muito comum haver pesquisas para alavancar um candidato e influenciar um resultado”, disse o procurador-geral eleitoral de São Paulo, Luiz Carlos dos Santos. Segundo ele, as enquetes eram instrumentos disseminados como forma de burlar a lei sobre pesquisas. **J.C.J.**

Marta declara por R\$ 49,5 mil empresa de R\$ 6,3 milhões

Candidata do PMDB à Prefeitura de São Paulo apresenta à Justiça Eleitoral mesmo valor de bem declarado em 2010

Daniel Bramatti

A declaração de bens entregue à Justiça Eleitoral pela candidata do PMDB à Prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy, omite parte de seu patrimônio. Uma empresa que vale R\$ 6,3 milhões, segundo os registros da Junta Comercial, aparece na lista de bens da senadora peemedebista com valor de R\$ 49,5 mil.

Trata-se da empresa Salamina Participações Ltda. Em 2010, quando Marta concorreu ao Senado, a empresa constava em sua relação de bens com outra razão social e atividade econômica: Salamina Consultoria Estratégica e Empresarial. O valor declarado na época, porém, era o mesmo de agora: R\$ 49,5 mil.

Documentos da Junta Comercial, no entanto, mostram

que houve uma alteração de capital em 2011, quando a parte de Marta passou a valer R\$ \$ 6.342.400. Os demais sócios – os filhos e seu ex-marido Eduardo Suplicy – contam com participação apenas simbólica, de R\$ 200 cada um.

Em 2011, quando houve aumento de capital na Junta Comercial, a empresa passou a ser proprietária de três imóveis que até então estavam registrados em nome de Marta: um apartamento no bairro de Moema, a garagem deste mesmo imóvel e um flat na Rua da Consolação.

Dois desses imóveis – o apartamento e o flat – apareciam na declaração que a candidata

● **Patrimônio**
R\$ 13,3 mi
é o valor total dos bens de Marta Suplicy declarado à Justiça Eleitoral, o segundo maior patrimônio entre os candidatos à Prefeitura de São Paulo que já registraram seus dados

apresentou em 2010 com valor somado de R\$ 403 mil. Segundo a Prefeitura de São Paulo, porém, seu valor venal atual é de R\$ 794 mil. A garagem, por sua vez, está avaliada em mais R\$ 46 mil. Ou seja, o valor conjunto dos três imóveis é de R\$ 840 mil, segundo a Prefeitura – o valor de mercado costuma ser superior ao venal, que serve apenas como referência para a cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Esses três imóveis, ao ficar sob o “guarda-chuva” da empresa Salamina, deixaram de constar na declaração de Imposto de Renda Pessoa Física de Marta. Eles também não aparecem na lista de bens que a candidata do PMDB entregou nesta semana à Justiça Eleitoral, embora, na prática, ainda sejam de propriedade dela. No cadastro do IPTU, todos ainda estão em nome da peemedebista.

Soma. No total, a candidata declarou à Justiça Eleitoral ter bens no valor total de R\$ 13,3 milhões – o segundo maior pa-



JALES VALQUER/FOTOARENA-30/7/2016

Bens. Em declaração, Marta omite parte de patrimônio

trimônio entre os candidatos a prefeito da cidade que já registraram seus dados.

Marta, assim como seus concorrentes, declarou seus bens com o valor da época da compra, e não o atualizado. Essa prática é permitida pela Justiça Eleitoral, mas acaba afetando a transparência das eleições – quase nunca o patrimônio de-

clarado corresponde ao real.

Segundo a assessoria de imprensa da candidata, as divergências entre a declaração de bens e a base do IPTU são de responsabilidade da Prefeitura. A assessoria não se pronunciou até a conclusão desta edição sobre a divergência de valores da empresa Salamina na lista de bens e na Junta Comercial.

ELEIÇÕES 1

Lula participa de agenda pública de Haddad, candidato petista à reeleição

- ♦ O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva participa hoje de agenda pública do prefeito Fernando Haddad, candidato do PT à reeleição. Lula confirmou presença em uma plenária organizada pelo diretório municipal do PT em Guaianases, na zona leste da capital.

O evento, no qual também deve estar presente o candidato a vice pela coligação de Haddad, Gabriel Chalita (PDT), está marcado para as 18 horas. Na convenção que referendou a candidatura do PT em São



Paulo, em 22 de julho, Lula disse que Haddad deveria “dialogar mais com a periferia”.

Haddad vai concorrer à reeleição pela coligação Mais São Paulo, integrada por PT, PCdoB, PROS, PDT e PR.

ELEIÇÕES 2

Russomanno tem reforço de nome do PP

A campanha do candidato do PRB à Prefeitura de São Paulo, Celso Russomanno, montou um conselho político formado por três deputados, sendo que um deles é filiado ao PP, partido que faz parte da coligação de João Doria, que concorre a prefeito pelo PSDB. Fausto Pinato (PP-SP) vai participar das decisões estratégicas de campanha, como formulação das propostas para o plano de governo e agendas públicas do candidato. Líderes do PP e PSDB afirmam que a situação é resultado de um acerto prévio.

OPOSIÇÃO

Gilberto Carvalho será assessor no Senado

O ex-ministro Gilberto Carvalho (governo Dilma) foi nomeado ontem assessor da liderança da oposição no Senado, comandada pelo petista Lindbergh Farias (RJ). Ele vai receber salário bruto de R\$ 19.952,53, o novo vencimento para a função após reajuste a funcionários do Senado. Um dos principais quadros do PT, Carvalho vai reforçar a equipe de Lindbergh na reta final do impeachment.

FUNDO DE PENSÃO

Procuradoria denuncia 4 por fraude no Postalís

O Ministério Público Federal em São Paulo denunciou quatro investigados por lavagem e fraude fiscal no esquema Postalís. O grupo teria atuado para ocultar a origem de recursos desviados do fundo de pensão dos Correios de 2006 a 2011. O rombo é estimado em US\$ 140 milhões. O empresário Fabrizio Neves é apontado como o “mentor do esquema”. A defesa de Neves não foi localizada.

US\$ 140 MILHÕES É O ROMBO CAUSADO PELO ESQUEMA NO POSTALÍS

MARANHÃO

Justiça afasta prefeita que ficou foragida

A Justiça do Maranhão determinou ontem o afastamento imediato da prefeita de Bom Jardim (MA), Lidianete Leite, por 120 dias. A decisão determina, ainda, que a Câmara Municipal dê posse, em 24 horas, à vice-prefeita Malrinete dos Santos Matos. Lidianete foi presa em 2015 – ela é suspeita de desvios de recursos da merenda escolar do município. Lidianete ficou 39 dias foragida antes de se apresentar. Após 11 dias, foi solta com tornozeleira eletrônica. O Estado não localizou a defesa da prefeita.